

“Moratória pode comprometer o crescimento nos próximos anos”

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

O crescimento econômico do Brasil pode já estar comprometido, a médio prazo, pela decisão do presidente José Sarney de adotar uma posição mais dura nas negociações com os credores privados do exterior — com a suspensão do pagamento dos juros e o congelamento das operações de curto prazo no Banco Central. Com medidas como essas, o País passará a ser considerado de alto risco. O que significa, em termos práticos, que será muito mais difícil agora conseguir “dinheiro novo” da parte dos bancos privados. E, mais, as empresas estrangeiras relutarão muito em voltar a trazer

capital de risco para o País.

A análise de Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, diretor do departamento de economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, vai mais além: o País, sem poder contar com os recursos do exterior para financiar seus investimentos e, portanto, o crescimento, corre o risco de ter de negociar com os credores mudanças na sua política de reserva de mercado na área de informática e no setor bancário.

Além de todos esses possíveis entraves ao crescimento a médio prazo, a opção governamental pela moratória não exclui a adoção de uma política econômica semelhante à que se-

ria pedida no caso de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Para Albuquerque, o País já segue uma política essencialmente ortodoxa, com a corrosão dos salários pela inflação — o “gatilho salarial” é insuficiente para manter seu valor real com taxas tão altas como as atuais —, contenção monetária e os anúncios governamentais de cortes nos gastos públicos. Em sua opinião, a moratória só se explica, portanto, como uma decisão política, como uma forma de se justificar a adoção de medidas de restrição ao crescimento, impopulares.

Com tudo isso, Albuquerque acredita na possibilidade de um crescimento de 3 ou 4% neste ano e na obtenção de um acordo em bases razoáveis com os bancos privados, como disse ontem à noite pouco antes de participar de um debate promovido pela Ordem dos Economistas de São Paulo. Roberto Macedo, diretor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e presidente da ordem, prevê um quadro semelhante a curto prazo. Os indicadores de uma desaceleração econômica já são claros em sua opinião, como a queda dos salários reais e o retorno dos investimentos em ativos financeiros em vez de ativos reais.

Para reverter essa tendência — que não significará necessariamente a queda do Produto Interno Bruto (PIB), mas uma expansão muito modesta para os padrões brasileiros, na faixa dos 3 a 4%, graças especialmente ao desempenho da agricultura —, o governo poderia aumentar seus



Roberto Macedo

gastos. Em parte, é isso mesmo que começa a fazer ao anunciar os projetos que serão atendidos com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Mas mesmo o volume de recursos a serem arrecadados pelo FND está sendo corroído pelo aumento da inflação e a disponibilidade para investir será, conseqüentemente, menor.

Além disso, lembra Macedo, é inevitável que o governo siga uma linha de contenção pela necessidade de gerar superávits na balança comercial, menores do que os dos últimos anos, mas na casa dos US\$ 5 bilhões a US\$ 7 bilhões.

A menor alternativa para essa política restritiva seria uma reforma tributária que alterasse principalmente as características do Imposto de Renda sobre as pessoas físicas, hoje deturpado pelo grande número de subsídios, isenções e sonegação. Com o aprimoramento desse imposto, seria possível seguir um caminho de austeridade fiscal sem se utilizar apenas de corte de despesas, diz Macedo.